



OBSERVATÓRIO LABORAL DAS AMÉRICAS



Ficha Informativa país 2021 República Dominicana



Extensão territorial:

48,442 km²



População (censo 2010):

9.445.281 pessoas¹.



População 2021:

10.524.167 personas.



População economicamente ativa -PEA- (trimestre abril-junho 2021):

4.906.657 pessoas.
2.837.288 homens.
2.069.369 mulheres.



Produto Interno Bruto (PIB) 2020:

78,85 bilhões de dólares².



PIB 2021:

Registrou um crescimento de 12,7% de janeiro a setembro de 2021 em comparação com o mesmo período do ano anterior.



Composição da população:

5.123.440 (49,7%) homens.
5.400.727 (50,3%) mulheres.

¹A informação contida aqui foi pesquisada e contrastada com o Escritório Nacional de Estatísticas (ONE) da República Dominicana, e o Banco Central a partir da Pesquisa Nacional Contínua de Força de Trabalho (ENCFT).

²<https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/perfil-nacional.html?theme=2&country=dom&lang=es2&country=dom&lang=es>





Visão geral da situação socioeconômica

Emprego

No trimestre abril-junho 2021 o total de ocupados foi de 4.532.708 pessoas, registrando um aumento de 6,7% com relação ao mesmo período do ano anterior. A população ocupada se encontra em 96,1% do nível anterior à crise gerada pela COVID-19; faltariam 183.482 ocupados para alcançar o da ocupação anterior ao início da pandemia.

Desemprego

373.949 pessoas. 117.266 homens e 256.683 mulheres. A taxa de desocupação oficial chegou a 7,6% em abril-junho de 2021, para uma redução de 0,4 pontos percentuais (p.p.) com relação ao trimestre anterior.

População inativa

2.907.725 pessoas. A população fora da força de trabalho ou inativos representou em média 38,7% da população em idade de trabalhar nos últimos quatro trimestres.

Informalidade

2.619.468 pessoas. A porcentagem de informalidade total ficou em 58,0% em abril-junho 2021, registrando um aumento interanual de 4.1 p.p. com relação ao segundo trimestre do ano de 2020.

Pobreza

A taxa de pobreza monetária geral passou de 21,0% em 2019 para 23,4% em 2020. Isso implica, em termos absolutos, que





268.515 dominicanos/as caíram na pobreza geral. Em 2020, 24,6% das mulheres viviam com renda abaixo da linha de pobreza geral em relação a 22% dos homens. As mulheres perderam 7,5% de seus empregos e os homens 4,9%. Dentro do emprego informal as

mulheres tiveram uma redução relativa do que mais do que o dobro dos homens. O índice de feminidade da pobreza continuou aumentando durante a crise, chegando a 118 mulheres em situação de pobreza por cada 100 homens pobres.

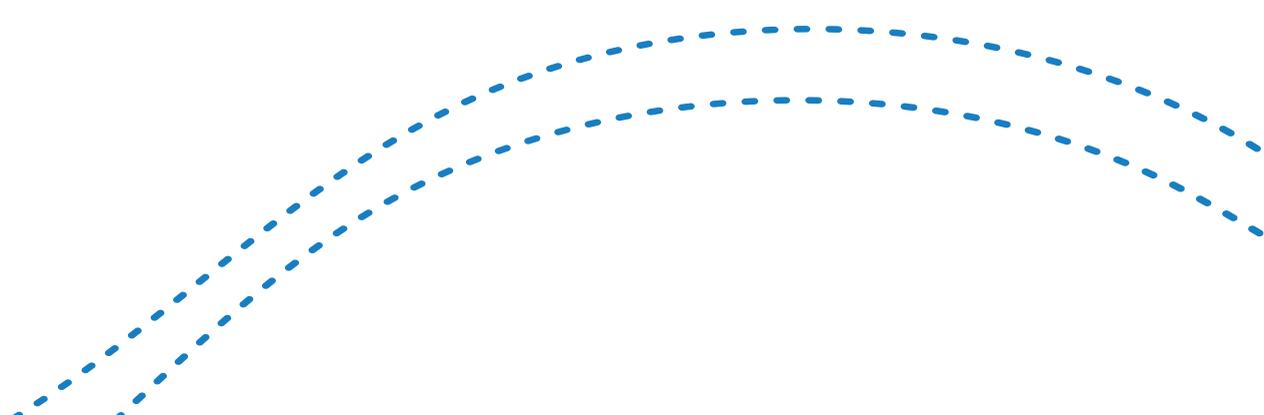
Temas destacados da conjuntura 2021

A partir da crise global da saúde a economia da República Dominicana teve um impacto considerável, principalmente em setores de grande importância para o país como o turismo, a construção e a mineração. Para 2020 o PIB teve uma contração de 6,7%. Embora o país tenha tido uma redução da taxa de pobreza na última década, a pandemia tornou evidente problemáticas nas quais as classes populares continuam sendo as mais afetadas; os direitos à água e à energia como serviços públicos continuam estando entre as preocupações e dificuldades da população, bem como a falta de

oportunidades econômicas para a maioria das/os dominicanas/os.

Também é importante destacar que a pobreza atinge principalmente a população rural e que persiste a injustiça para com as mulheres, não apenas em termos de brecha laboral, como evidenciado nas estatísticas coletadas, mas em todos os aspectos estruturais referentes à equidade e à justiça de gênero.

Levando em consideração a comparação entre 2020 e 2021, pode-se afirmar que a República Dominicana teve uma recuperação





importante em termos trabalhistas, mas a informalidade ainda prevalece no país, e o emprego formal não atinge a taxa de 2019.

Em termos gerais, o país enfrenta desafios estruturais que existiam antes da pandemia, centrados na fragilidade do Estado de Direito, o mal-estar social produzido pela brecha econômica entre ricos e pobres, e altos níveis de burocracia na institucionalidade. Nesses aspectos, tornam-se necessárias reformas estruturais que ao mesmo tempo facilitem a formalização laboral da classe trabalhadora, entregando garantias às pequenas e médias empresas de caráter local e regional, e uma atualização da normativa empresarial favorável a essa mesma população.

De acordo com as estimativas da CEPAL, em 2021 a reativação da economia foi impulsionada pelo setor da construção a partir de projetos de moradia de médio e baixo custo e como resultado do desenvolvimento de uma área turística no sudeste do país. Uma maior recuperação da economia

dos Estados Unidos pode contribuir para o crescimento da economia dominicana, pois seria reativado um maior fluxo de turistas, remessas e investimentos. “Em junho se observou uma menor inflação interanual (9,32%), em comparação com a cifra registrada em maio (10,48%), graças à maior estabilidade das cadeias de suprimento globais e locais. Porém, o preço internacional dos combustíveis poderia continuar exercendo pressão sobre o nível dos preços”³.

Por outro lado, as análises fornecidas pelo Banco Mundial destacam que a possibilidade de favorecer a população mais empobrecida do país depende do encadeamento produtivo que possa ser gerado entre as empresas locais, fortalecidas com uma política estrutural, e as empresas exportadoras, uma redução importante dos custos da burocracia, e a melhoria no acesso aos serviços públicos.



³ https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/47192/78/EE2021_RepDominicana_es.pdf

Ações e denúncias sindicais (nacionais e internacionais) e de outros setores sociais

O movimento sindical denunciou que embora existam regras para que se pague um salário mínimo vigente em empreendimentos como as microempresas, foi constatado que algumas pagavam abaixo desse mínimo estabelecido. Positivamente, apontam que atualmente as microempresas tiveram que cumprir com a regulamentação e fazer as contribuições à seguridade social das/os trabalhadoras/es. Consideram uma conquista contra a informalidade que afeta o país e uma transição para a formalidade e a garantia de direitos.

Enquanto isso, apontam que o problema da informalidade também tem relação com a pandemia e a perda de empregos nas instituições públicas.

Consideram que a Lei 41 08 impede o desenvolvimento adequado das condições de trabalho e do exercício da função pública, e solicitam um diálogo efetivo com relação à CIT 151 que a República Dominicana não ratificou.

Diante da economia de plataforma, denuncia-se o risco de parcerias público-privadas que podem gerar maiores endividamentos para o país, exploração das/os trabalhadoras/es e favorecimento corporativo. O sindicalismo trabalha arduamente para evitar que esses riscos se configurem em detrimento dos direitos sociais.

Com relação à consolidação da liberdade sindical e as garantias de negociação, busca-se um processo de interlocução com a OIT para





reafirmar seu acompanhamento colaborativo no processo, para que as centrais tenham as ferramentas necessárias respaldadas por esse tipo de organismos que foram constituídos para esse fim.

O movimento sindical tem atuado para evitar mudanças no Código do Trabalho, que consideram regressivas e acreditam serem propostas e pressionadas pelas empresas privadas.

Propostas e iniciativas sindicais

Propõem assessoramento para o diálogo tripartite sobre a seguridade social, aspecto que está proposto neste momento pelo governo. O apoio e o assessoramento internacional são fundamentais para sustentar esse diálogo no âmbito do Conselho Econômico e Social. Consideram que o governo manifestou interesse em abrir o diálogo com o setor sindical, e é crucial discutir e acordar um salário vital.

Propõe-se também trabalhar articuladamente como movimento de trabalhadoras/es na Mesa Sindical, reconhecida no

país para adiantar as consultas tripartites. Essa é uma conquista da classe trabalhadora que deve ser potencializada para alcançar os resultados em benefício da garantia de direitos.

Propõe-se um trabalho conjunto para se aproximar das bases da classe trabalhadora, com especial ênfase na juventude e nas mulheres, impulsionando formas inovadoras de relacionamento e assim garantir a ampliação do movimento e a ação política. O trabalho nacional pode ser articulado com o regional para reforçar a capacidade das filiadas



e enfrentar a realidade vivida no país. Os sindicatos dominicanos enfrentam os desafios apresentados e trabalham em torno das propostas que foram abertas em diálogo com o governo, mas também na construção do processo de autorreforma sindical, recebendo da CSA o apoio necessário para levar o processo a uma conclusão.

O movimento sindical considera que se deve iniciar um processo de investigação que permita uma aproximação mais precisa da situação atual vivida pelo país, e assim poder contrastar com os dados oficiais e ter um diálogo mais positivo com a institucionalidade dominicana. Acreditam que a investigação sobre a forma em que são definidos os salários mínimos no país, e o contraste com outros modelos de países da região, podem contribuir amplamente

para a busca de soluções conjuntas na Mesa Sindical e nos espaços conquistados no diálogo com o governo, e conseqüentemente na tomada de decisões e sua implementação.

Além do desenvolvimento do processo de investigação, consideram necessária a construção de um plano próprio no qual se incorpore a formação política, comunicação e organização como transversais inevitáveis para o fortalecimento do movimento. Acreditam que é necessário um planejamento estratégico e monitoramento de propostas para o Conselho Econômico e Social.

Adicionalmente, estão desenvolvendo atividades no país para pressionar a ratificação da CIT 190, e para a implementação da 189, que não foi implementada apesar de já contar com ratificação.

